

COMENTÁRIO: ANTROPOLOGIAS SAINDO DA ÁGUA

Cristiana Bastos *

Este volume traduz um desafio lançado a um conjunto de antropólogos com investigações recentes envolvendo a água – como recurso, como meio, como pretexto. Lançámos o mote “usos sociais da água” com o propósito didáctico de um colóquio e a esperança de enriquecimento mútuo através do debate e do confronto de perspectivas variadas.¹ Não tivemos por objectivo uma proposta de unificação teórica em torno de uma “antropologia da água”. Com todo o respeito pelos antepassados, de James Frazer a Mircea Eliade, que nos proporcionaram escritos inspirados sobre a simbologia, magia e rituais da água, são outros os tempos e outras as vontades. Não espere o leitor aqui encontrar, portanto, uma procura de simbologias transversais, ou intervalos de variação de representações, ou possíveis universais no relacionamento com o que crescentemente é tomado como um recurso precioso, vital, limitado.

O que se apresentou no colóquio e agora se publica é antes um conjunto de possibilidades e direcções, algo a que potencialmente poderia chamar-se “antropologias saindo da água”, antropologias possíveis em torno de temas e problemas que em algum nível se relacionam com o recurso água: antropologias que tocam a contemporaneidade, os grandes processos de desenvolvimento com impacto ecológico e humano e subsequente negociação, como o estudo dos efeitos da construção de barragens (Sílvio Coelho dos Santos, Clara Saraiva, Benjamim Enes Pereira), ou os efeitos das alterações na economia das pescas e concomitante utilização das águas (Luís Martins), a coexistência, em ambientes costeiros, de registos paralelos e formas de vida concorrentes, ou complementares (Francisco Oneto Nunes, Rita Jerónimo), que geram sistemas de interdependência entre hospedeiros e hóspedes (Rita Jerónimo) e sobreposições desiguais da ocupação do espaço e produção simbólica sobre o mesmo, extensível aos habitantes/pescadores (Francisco Oneto Nunes); antropologias que captam a complexidade dos sistemas de concepção do mundo e intervenção humana em sociedades tradicionais e destas

* Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa.

¹ O Colóquio “Usos Sociais da Água” (Lisboa, 5-7 Dezembro de 2002), coordenado por Maria Manuel Quintela e Cristiana Bastos, foi uma iniciativa conjunta do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE) e do Instituto de Ciências Sociais – UL, e teve o apoio do projecto “A Água como Agente Terapêutico”, Fundação para a Ciência e Tecnologia, POCTI/ANT/41192/2001, com fundos FEDER.

propõem aprender os elementos para uma relação menos predadora com o que nos resta de água no planeta (Hugo Portela Guarin); antropologias que usam o desenvolvimento conceptual da disciplina para explorar o potencial de leitura de usos quotidianos e sazonais dos banhos e o seu impacto noutras esferas da vida social, abrindo, naturalmente, a preocupação com as variáveis de género, classe, geração (Maria Cardeira da Silva, Maria Manuel Quintela, Rita Jerónimo); antropologias que usam o pormenor etnográfico e a paciência da escuta de terreno para propor mapas de interpretação dos mecanismos de funcionamento da sociedade, seja a propósito da partilha e divisão das águas para rega (Emmanuel Salesse) ou dos pontos de contacto e mútua constituição entre os ciclos da água e da vida humana (Hugo Portela Guarin, Jean-Yves Durand), ou ainda a problematização teórica a partir destes pontos, expandindo o universo de referência para além do estado líquido da água e questionando a sua escassez (Jean-Yves Durand).

Esperamos, assim, que os textos aqui incluídos inspirem possíveis antropologias – não “da água”, mas a partir dela. Todos eles dão pistas de reflexão que, a propósito deste elemento, vão além dele e nos proporcionam uma vez mais pensar a complexidade da vida social e os veios de abordagem que a tornam inteligível.

Não seguimos aqui a ordem de apresentação oral dos textos no colóquio, que os organizara previamente nos painéis “etnografias da água”, “culturas do banho” e “impactos sociais”. Deixámos agora que os artigos se relacionassem entre si, se chamassem uns aos outros por motes, temas e ideias, sugerindo ao leitor uma sequência que não será certamente a única possível. Seguindo a tradição editorial da revista, separámos numa secção de “Notas e Estudos” os textos de pendor documental.

Abre o volume o texto de análise “A Diluição do Consenso: a Água, de ‘Fonte de Vida’ a ‘Património Colectivo’”, de Jean-Yves Durand, antropólogo com muitos anos de lides “aquáticas”, autor de trabalhos de referência sobre vedores e tecnologias de detecção de águas subterrâneas. Criticando a ideia de uma antropologia unificada apenas pela água, sem mais qualificativos, o autor refere os eixos em que se organizam os trabalhos já existentes na área – a vertente técnica sobre formas de aquisição da água, os aspectos económicos e sociais do controlo da água, a água no quotidiano e no ciclo de vida, as representações e saberes sobre o ciclo da água e a sua dimensão simbólica mais profunda. Dando conta do que se fez em Portugal nestas linhas, Durand sistematiza e organiza o universo de estudo, problematizando-o e inspirando futuras investigações, sugerindo, ao abrir do texto, a vital mas pouco examinada água de beber. Aponta as simbologias que o processo de comercialização da água engarrafada apropriou e produziu (sempre as paisagens serranas), as estratégias de abastecimento livre nas fontes (sempre os

garrafões reciclados), as tensões e negociações ligadas à exploração de nascentes e a diferenciação das nascentes por sabores e propriedades, o que nos leva a todo um outro campo (explorado neste número e noutros lugares por Maria Manuel Quintela), o das águas minero-medicinais e do termalismo. Anote-se ainda o efeito da "patrimonialização" que afecta o momento da sociedade, a que não escapam as águas, as fontes e as suas envolvências.

"A água divide e a água reúne", apontava Durand, na senda de trabalhos franceses anteriores; Emmanuel Salessse, em "Os que 'Sabiam' e os que 'Andam Baralhados': Funcionamento Técnico e Social de um Regadio", proporciona-nos um trabalho que o ilustra de forma notável, ao compilar e analisar os procedimentos de partilha de água de rega no conjunto afecto à "levada da Víbora", em Cabeceiras de Basto, no Norte de Portugal. Se a etnografia da rega em Melgaço proposta por Fabienne Wateau, infelizmente ausente deste volume, dá ênfase aos conflitos suscitados pela necessidade de partilha da água naquela localidade (cf. Fabienne Wateau, 2000, *Conflitos e Águas de Rega*, Lisboa, Dom Quixote), a etnografia da levada da Víbora proposta por Salessse mostra-nos que, apesar de conflitos pontuais, este sistema patenteia uma sustentada cooperação entre todos os envolvidos. A complexidade do modelo, proposto pelo etnógrafo com base na análise conjugada dos diversos depoimentos e retratos parciais da levada feitos pelos seus participantes, lembra alguns dos velhos artefactos da antropologia: as genealogias de várias gerações e ramificações reconstituídas pelo antropólogo, os sistemas de parentesco australiano, o calendário maia, enfim, o exotismo daquilo que é elaborado fora das dinâmicas evolutivas ocidentais. Mas o autor não exotiza os seus achados, remetendo-os para uma tradição imemorial e alternativa: propõe, pelo contrário, uma hipótese de datação não muito antiga para este sistema de cooperação, um sistema que submete os diversos integrantes a uma sequência de turnos de utilização da água para rega que muda todos os anos, que a cada ano começa em lugares diferentes da sequência e, eventualmente, em datas diferentes da esperada, que joga com a ampliação das horas de rega adoptando a hora legal ou a hora solar para diferentes situações, que permite *tornas* e negociações pontuais, e a que se acrescentam inúmeras variações em crescendo de complexidade. Expõe-nos pois uma organização de procedimentos e regras assaz delicada, em que poucos dos envolvidos têm um conhecimento aproximado do conjunto, e com a qual cada um tem relações de dominação cognitiva em diferentes gradações: há quem saiba tudo, ou disso tenha reputação, quem tenha conhecimento suficiente para se "safar", e quem precise de recorrer a outros para saber o que lhe cabe na sequência. Um sistema que o etnógrafo ajuda a retratar, e que, uma vez formulado, nos levanta uma questão com que se confrontam muitos antropólogos: a eventual utilização do seu saber, sobre a qual paira um potencial de solicitações por parte da sociedade retratada...

Ainda no âmbito de uma etnografia holista, neste caso envolvendo as comunidades guambianas, paeces, coconucas e yanaconas do Sudoeste colombiano, o artigo de Hugo Portela Guarin, "El Pensamiento de las Aguas de las Montañas", retoma o esplendor da antropologia em sociedades não europeias. Uma antropologia que aborda situações nas quais o contacto com o pensamento europeu pode ser temporariamente posto entre parêntesis, permitindo-nos o acesso a quadros de pensamento completamente alternativos aos desenvolvidos pelo pensamento ocidental – ou enquistados numa versão "senso comum" da física e da química, assente nos pressupostos da separação entre as esferas materiais e espirituais da vida. Esta antropologia leva-nos a mundos em que as relações de pertença e similitude são animadas por outros eixos, em que as dimensões relacionais se estruturam segundo outros princípios, em que o mundo se movimenta noutras esferas, em que o visível e o invisível se articulam de outras maneiras, não tanto irreconhecíveis, mas desconhecidas, trazidas à compreensão pelo trabalho interpretativo do etnógrafo. Nesta cosmovisão andina, associada a regras de conduta e relacionamento com o meio natural que, na interpretação do autor, são a chave para estratégias humanas mais amplas de preservação dos recursos do planeta, a água tem um lugar fundamental: "é vida, dá vida, é mãe criadora, é líquido primordial, é genésica, está em todas as partes, em muitas formas, tem os seus guardiães, os 'seus donos', quer ser de todos, não se pode amesquinhar, pode esconder-se e, se não é cuidada, pode secar, ficando para as gentes só a lembrança da história"...

Um outro efeito do conhecimento produzido pelos antropólogos nas sociedades sul-americanas – ou, de uma forma mais ampla, da voz e visibilidade alcançada pelos habitualmente excluídos no processo de crescimento económico, que são também o alvo tradicional da atenção da antropologia – está patente na existência de um movimento dos atingidos pela construção de barragens de que nos fala Sílvio Coelho dos Santos em "A Geração Hídrica de Eletricidade no Sul do Brasil e seus Impactos Sociais". Não se trata aqui de traduzir o pensamento indígena relativamente à água e as particularidades da sua relação com este recurso, mas antes de retratar o movimento de resposta – incluindo resistência e negociação – a um processo externo de apropriação dos recursos hídricos para produção de electricidade que provoca alterações radicais no espaço e na vida das comunidades. Falamos aqui da construção de megabarragens, que inundam e submergem vastas extensões do território, habitado por grupos habitualmente desprotegidos e impossibilitados de contrariar um processo com aquelas dimensões. Fala-se hoje de globalização e de extinção das particularidades como se se tratasse de algo novo, quando temos esse mesmo processo – e seus contrapontos – repetido e repetido como parte das dinâmicas de expansão económica, sendo as do capitalismo as mais visíveis.

Depois de momentos de suspensão e contemplação do pensamento das águas nas culturas indígenas andinas, voltamos à dura realidade do confronto entre poderes desiguais, em que os desígnios do desenvolvimento económico de um estado em projecção e furor modernizante – como o foi o Brasil na segunda metade do século XX – se sobrepõem aos interesses das pequenas comunidades indígenas que habitam os espaços onde o progresso pretende instalar a sua materialidade. E aqui entra uma outra antropologia, com elevada expressão no Brasil: a da cumplicidade e defesa das comunidades, que tem levado a que muitos dos projectos de desenvolvimento incluam hoje programas de estudo sobre o seu impacto nas populações e uma negociação com as mesmas. Na esperança de não repetir os erros passados, multiplicados por estradas, caminhos-de-ferro, barragens e outras construções que reúnem capital, concentram trabalho, transformam recursos e, habitualmente, procedem à troca fáustica de um meio ambiente depredado por um aumento de índices civilizacionais de potencial conforto, a aplicação de projectos não se faz agora sem proceder a estudos de impacto ambiental ou ouvir comunidades indígenas. Sílvio Coelho dos Santos desenha-nos os contornos desse novo processo, estudando o conjunto de barragens proposto para o Sul do Brasil. E algo de curioso se verifica, que proponho interpretar a partir dos dados do autor. Um movimento de resistência dos afectados toma forma, unifica-se, cresce, consolida-se. Concentra-se – como, no momento anterior, o capital que dera origem aos projectos de desenvolvimento materializados em barragens. Entretanto, o capital, que se concentrara, dispersa-se por consórcios privados, flexibiliza-se, agiliza-se, criando novas formas e uma nova eficácia – em suma, ganhando a um movimento que, ao crescer em resistência, adoptara a forma concentrada. Um capital flexível, móvel, maleável, líquido como a água que aqui tenta controlar e aproveitar, adaptado às novas exigências da situação, ou seja, armado para ganhar.

Interessante é confrontarmos a escala do Brasil e suas megabarragens com a escala portuguesa; relativizemos portanto a barragem de Alqueva, ora vista como ícone do desenvolvimento português e chave para a salvação, pela água, do pobre e seco Alentejo, ora vista como caricatura e elefante branco a que se não consegue escapar, posto que concentra várias tensões constitutivas da nossa sociedade: a tensão entre desejos de mudança e protelamento da acção; a invocação de mitos e fantasias inerentes aos projectos de desenvolvimento e a constatação da sua inexecutabilidade, inutilidade ou discrepância em relação à realidade, remediada por medidas de emergência que na sua voracidade tragam a possibilidade de percepção crítica, já de si entorpecida pelo efeito dos fundos extemporâneos e deslocados; a tensão entre comandos externos, fragmentos soltos de uma lógica de crescimento ou melhoria, perdidos pelo caminho na lógica da governança, e os desejos e aspirações locais,

canalizados entretanto em expressividades contraditórias, vulneráveis ao tráfico de influências e projectos imediatistas.

Relativizemos então Alqueva como projecto, e os seus horizontes de agricultura e turismo, de regadio suplantando o sequeiro, de pleno emprego e prosperidade, e olhemos para um dos efeitos da implementação do projecto: a completa transferência da velha Aldeia da Luz, a ser inundada pelas águas da albufeira, para uma aldeia inteiramente construída de novo. Se nos casos analisados para o Brasil a escala do impacto era de inúmeras comunidades, aqui tudo se concentrou numa só aldeia, cuja saga Clara Saraiva retrata e analisa ao pormenor em "Aldeia da Luz: entre Dois Solstícios, a Etnografia das Continuidades e Mudanças". Para que não se repetissem os erros da barragem de Vilarinho da Furna, que décadas antes deixara submersa a aldeia do mesmo nome, dispersando, à força, os seus habitantes, engolindo os seus recursos, separando-os dos antepassados, dos vizinhos e dos haveres, as autoridades ligadas ao projecto de Alqueva deram uma atenção privilegiada à Aldeia da Luz, a que não faltaram projectos de acompanhamento, levantamento etnográfico e a criação de um museu. O processo foi documentado pelos antropólogos Clara Saraiva e Benjamim Enes Pereira e pelas cineastas Catarina Alves Costa e Catarina Mourão, cujos testemunhos e imagens integraram o colóquio "Usos Sociais da Água". A descrição detalhada do museu e dos seus objectivos é-nos apresentada no texto de Benjamim Enes Pereira – "O Museu da Luz" –, na secção de Notas e Estudos.

Em "Aldeia da Luz: entre Dois Solstícios..." encontramos uma perspectiva micro, intimista, detalhada, do processo de transferência da velha para a nova aldeia, devidamente contextualizado e problematizado. A autora dá-nos conta dos movimentos da mudança, das resistências e adesões, dos aspectos criativos que envolveram a ocupação dos novos espaços, da expressão dos sentimentos. A propósito desta, não podemos deixar de propor uma interpretação na clássica linha da antropologia social: que significam os comentários de desdém pelas casas novas, o realce dos seus lados negativos, bem integrados numa linha de lamúria e contestação passiva que atravessa toda a sociedade portuguesa, senão a expressão de um mecanismo de regulamentação do equilíbrio da pequena sociedade, em que o temor da inveja dos outros se sobrepõe à possibilidade de manifestar o contentamento com o alcançado? A análise deste pequeno universo e deste concentrado de acções e emoções permite-nos explorar temas mais amplos e de alcance universal. Como se o empolar das expectativas extremas vividas na Luz ao longo das décadas que antecederam a construção da barragem, entre um medo reiterado e um reconhecimento que não tem ainda expressão, formassem um precipitado que se torna observatório para questões gerais. Uma coisa é certa: o trauma anunciado e os momentos mais críticos da transição estão devidamente documentados, e musealizados, oferecendo, a par-

tir da antropologia, mais um instrumento cognitivo para a sociedade fazer contas consigo mesma.

De um outro efeito local de processos económicos mais amplos nos dá conta o estudo de Luís Martins "Um Pedaco de Paisagem no Tejo: o Varadouro de Pesca da Cruz Quebrada" (na secção Notas e Estudos). O autor remonta ao tempo em que a integração de Portugal na União Europeia trouxe vantagens e facilidades para quem as soubesse aproveitar – concebidas em termos macro, de orientação social, vividas em termos micro, de apropriação pessoal, nem sempre condicentes, e com efeitos que só o médio e longo prazo avaliam. Para estimular a continuidade de alguns segmentos do sector pesqueiro (enquanto se desmantelavam alguns outros), foram disponibilizados créditos e fundos perdidos da Comunidade Europeia para aquisição de embarcações, o que permitiu a entrada de novos pescadores no difícil território do Tejo. Um "difícil território", um espaço de águas animadas por correntes, de trilhos e trajectos que o conhecimento recorta na aparente continuidade líquida, de peixes e mariscos que nos últimos tempos apareceram numa abundância que não perduraria, de comunidades de pescadores que oscilam entre uma ética antiga e um conjunto de procedimentos mais agressivos por parte dos "novos", munidos dos seus novos apetrechos comprados com os fundos europeus. Falamos do Tejo e da vida das águas, dos peixes, das cabanas de pesca, da vida nas margens da cidade, mas estamos – como no caso do impacto das barragens – perante processos mais gerais em que o macro invade os termos do micro e reconfigura as relações de força, de convívio, de ordenamento. Estamos já longe do retrato embelezado das sociedades tradicionais em homeostasia com o meio e os recursos – em paz ou em tensão – e chegámos a uma realidade que não se compadece com um modelo em equilíbrio, em que os termos da mudança abrem para um estado seguinte que só posteriormente pode ser caracterizado. O conflito não ritualizado, rompendo com a ordem, justa ou injusta, abrindo para o desconhecido, enfim, aquela história "a quente" que a antropologia costumava deixar para as disciplinas vizinhas.

Ainda a propósito da pesca e da sua articulação com outras vivências do espaço nas regiões costeiras, Francisco Oneto Nunes leva-nos a uma complexa reflexão que envolve a sobreposição e convívio das diferentes apropriações do espaço no litoral central português. "O Trabalho Faz-se Espectáculo: a Pesca, os Banhos e as Modalidades do Olhar" revela um acompanhamento consolidado dos fenómenos sociais da beira-mar, em que a economia da pesca fornece as imagens e os símbolos que criam uma outra realidade, a de um lazer ritualizado na praia. Praias com pescadores e embarcações, redes e cabanas, espectáculo para consumo, objecto de fotografias, vídeos, até etnografias; a perspectiva do lado que, sublinha o autor, privilegiou o olhar, em detrimento de outros sentidos e dotações do corpo. A praia e a multiplicidade de

registos que nela se cruzam servem-nos de miradouro – sempre a metáfora visual – para a história social do lazer e consumo em Portugal, sem que a antropologia deixe de centrar-se nos que são devorados pelo processo de espectacularização, os pescadores que do seu lado vivem uma outra plenitude da situação, envolvidos pela economia, consumidos pelo trabalho, equilibrados nas inesperadas oscilações da pesca, apertados na expressão – regulatória, diria a clássica antropologia social – da inveja.

De um contexto semelhante nos vem “Banhistas e Banheiros: Reconfiguração Identitária na Praia da Ericeira”, de Rita Jerónimo. A autora estuda a interdependência de hóspedes e hospedeiros no que se consolidou como uma economia de praia, marcada pela sazonalidade, mas também pela diferenciação dos espaços, pela criação de mapas imaginários de significados e possibilidades. Há “jagozes” e forasteiros, há forasteiros e forasteiros, banhistas de longa data ou simples turistas de curta visita. No vai-vém da vida à beira-mar recortam-se trajectos e nexos, ligações e solidariedades, trocas, empréstimos, dádivas, créditos. Surge no século XX o banheiro, saído do pescador, familiarizado com os desafios do mar, intermediário para os negócios da água: os banhos às crianças, as tinas de água salgada na areia, os toldos para a sombra de veraneantes, o socorro a quem se aventurava nas ondas. Em simultâneo difunde-se o banhista, inventado no século anterior, procurando na praia as benesses de uma natureza crescentemente inventada que proporciona lazer enquanto dá saúde para o ano. A sazonalidade estruturante e reforçada traz da sociedade externa uma procura ritmada e certa, criando e modelando a economia local, e com ela as expectativas, as representações, os gostos.

Para um outro universo de banhos nos levam os restantes artigos. Maria Manuel Quintela aborda o mundo do termalismo, explorando aqui o contraste entre dois contextos etnográficos que trata em simultâneo. “Banhos que Curam: Práticas Termiais em Portugal e no Brasil” traz-nos as vantagens do olhar duplo e comparativo, relativizando práticas que são absolutizadas em cada um dos contextos. Banhos de termas são tomados de formas diferentes em Portugal e no Brasil. Para além de uma estrutura comum de significados – os banhos curam, ajudam, remedeiam, aliviam as dores, combatem o reumático, reparam situações de mal-estar – o banho das Caldas da Imperatriz, em Santa Catarina, não é o mesmo que o banho nas Termas de São Pedro do Sul. A autora diferencia os géneros e modalidades, dando-nos uma etnografia do que se passa em cada uma das estâncias, permitindo perceber de que modo a cultura do banho é criada neste processo, e como o termalismo nasce a partir do seu uso e representações. No âmbito dos contrastes que explora, Maria Manuel Quintela aponta como nas termas portuguesas encontrou uma atitude de reserva e restrição delimitando as águas termiais e terapêuticas, separadas em banhos que tratam, à parte, cujos efeitos não devem

ser diminuídos pela exposição a outros banhos, os banhos que lavam, os banhos de água comum. Já no Brasil as banheiras de água termal tinham uma utilização mais difusa e livre: serviam para curar, sim, mas também para relaxar, para momentos de lazer e, de caminho, também para um banho de higiene, acrescentando, por este meio, a uma higiene quotidiana em que predomina o chuveiro, o toque exótico e passadista dado pelo objecto “banheira” e pelo processo do banho de imersão. Não cai a autora no terreno movediço da interpretação culturalista, mas dá-nos elementos e chaves para percebermos que estamos perante situações contrastantes de organização das emoções, dos sentidos, das prioridades e da capacidade de intervir do destino, contrastes cujo potencial reflexivo esperamos ver desenvolvido no trabalho agora em curso.

Por fim, um velho *topos* da antropologia, aqui explorado com um alcance teórico e documental notável: em “O *Hammām*, Alguns Anos Depois: Revisitação Etnográfica de um Contexto Marroquino”, de Maria Cardeira da Silva, voltamos aos lugares e momentos em que a sociedade se concentra e adensa em rituais quotidianos. Assim são os banhos marroquinos, cuja análise permite à autora não apenas documentar a sociedade ali concentrada, destilada, ou lavada, mas também elaborar um comentário de amplo alcance sobre o Islão contemporâneo. Demarcando-se do orientalismo patente em tantos trabalhos sobre o *hammām*, a autora dá-nos uma etnografia a vários tempos, que marcam o seu próprio reconhecimento deste objecto – de assunto teórico e académico a espaço real da medina de Salé, em Marrocos, de material de reflexão para a formulação do “Islão prático” e “Islão plástico” a lugar de relativização dos pressupostos dos antropólogos. Como noutros trabalhos da autora, a etnografia mostra que a estrutura e a idealização de princípios (ou, para muitos, a caracterização antropológica) é contornada por um uso pragmático e maleável das regras. Assim é, também, o Islão e as suas modalidades, e o *hammām* serve de palco onde se formulam as escolhas que dão materialidade a essas vivências. Não deixando o seu estatuto convencional de purificador, intermediário, remate da sexualidade e antecâmara da oração, lugar de negociação do mercado matrimonial e marcador das etapas de crescimento, o *hammām* é ainda o lugar onde se desenham as estratégias e opções de viver as possibilidades do Islão. Uma vez mais, é o *hammām* que proporciona uma reflexão sobre a sociedade que o produz, aqui explorada através de histórias de estratégias matrimoniais contemporâneas. É aqui que a análise da autora, saindo do *hammām*, mas nele colhida, permite ultrapassar a contradição aparente entre modelos “tradicionais” e “modernos” de conjugalidade, lembrando que uns e outros têm raízes históricas comuns e recorrem, para efeitos políticos determinados por razões socioeconómicas e demográficas, a elementos desagregados de retóricas originais tipicamente colonialistas, como os modelos de feminilidade e autocontrolo corporal, e nacionalistas,

como a recusa da tradição enquanto entrave a modelos desenvolvimentistas. Se imaginarmos um *hammām* despojado deste emaranhado de tráficos de relações, expectativas, formulações, ideologias, desejos, poderemos ter uma aproximação ao que nele viam os orientalistas em atitude estetizante; mas no banho marroquino que Maria Carneira da Silva aqui descreve pulsa uma sociedade que se move em várias direcções, animada por sujeitos que vivem entre constrangimentos e escolhas, entre estrutura e acção, entre modelos e práticas. Um banho densamente antropológico, digamos, para o culminar de um conjunto de textos que a partir da água nos trouxeram à teoria.

Em conclusão, a água ajudou-nos a pensar direcções actuais e possíveis para a antropologia, cruzando-as entre si, agregando-as com uma dinâmica que as próprias apresentações criaram. Boa para beber, para engarrafar e vender, para regar, para entreter, para lavar e curar, para pescar e nadar, para reunir e dividir, para falar e simbolizar, a água é também boa para pensar, tematizar e problematizar na tradição da teoria social.